

“NÃO SOMOS ROMÂNTICOS; SOMOS JOVENS”: EMBATES ENTRE TRADIÇÃO E A MODERNIDADE NAS PÁGINAS DE *A REVISTA* (1925-1926)*

Valdeci da Silva Cunha**

Resumo: O presente estudo analisa o periódico *A Revista* publicado pela primeira vez no ano de 1925, mas marcado por uma curta existência, finalizada em janeiro de 1926, com a publicação de apenas mais dois números. Trabalharemos com as noções de tempo histórico mobilizadas pela publicação como um dos acessos possíveis à experiência dos atores sociais naquele contexto. Nossa aposta seria que ao promoverem discussões e se posicionarem em relação aos principais temas colocados pela revista, os textos ali impressos carregam uma forte demarcação temporal, o que nos serve de vestígios para, dentre outras questões, problematizarmos as práticas intelectuais desses escritores e as relações estabelecidas com a sociedade daquele período. Para os limites deste estudo, analisaremos os editoriais dos três números publicados e, sempre que necessário, recorreremos a alguns artigos, ensaios, dentre outros textos neles veiculados, que nos ajudem a esclarecer ou elucidar algum ponto que nos parecer relevante.

Palavras-chave: *A Revista*; Intelectuais e Vida Social; Tempo Histórico; Modernidade e Tradição.

Abstract: This research analyses the three numbers of the periodic *A Revista*. This magazine was published only between 1925-1926. In this study, we will consider how the notion historical time was assumed by the journal as a way to the social actors experiences at that time. We believe that as they promote debates and assume positions about the main topics explored by *A Revista*, the articles present in this publication contains a strong temporal demarcation, which seems to indicate to us, among other issues, that it was meaningful to us to discuss the intellectual practices of there writers and their relations with the society of that time. In this study, we propose to analyze the editorials of these numbers published, but, when necessary, we will invoke other materials of the magazine, as others articles and essays that could help us to elucidate some important question.

Keywords: *A Revista*; Intellectuals and social life; Historical times; Modernity and tradition.

* Artigo submetido à avaliação em 10 de outubro de 2016 e aprovado para publicação em 23 de novembro de 2016.

** Doutorando em História Social da Cultura com uma pesquisa sobre o *Suplemento Literário* do jornal *Minas Gerais* (1966-1975). Mestre em História e Culturas Políticas (PPGH/UFMG, 2012). Integrante do Núcleo de Estudos Urbanos, integrado ao Centro de Convergência de Novas Mídias (NucUrb/CCNM/UFMG). Bolsita do CNPq. E-mail: valdeci.cunha@gmail.com.

Introdução

Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças
(Carlos Drummond de Andrade, *Mãos dadas*).

Viver não dói. O que dói
é o tempo, essa força onírica
em que se criam os mitos
que o próprio tempo devora
(Emílio Moura, *Canção*).

Poucas vezes de um grupo de jovens saíram tantas
afirmações literárias e políticas
(Francisco Iglésias, *Meu amigo Autran Dourado*).

O historiador Francisco Iglésias em um texto escrito para o *Suplemento Literário* do jornal *Minas Gerais*, em 1985, intitulado “Meu amigo Autran Dourado”, afirmou, ao se referir à vida literária da capital mineira, que “na provinciana cidade de Belo Horizonte sempre houve grupos literários. Com dez mil habitantes, cento e poucos mil ou centenas de milhares, construída para sede de governo, Belo Horizonte crescia calmamente”. Para ele, a cidade “teve de tudo, principalmente grupos literários” (IGLÉSIAS, 1985, p. 4).

Ainda para Iglésias (1985, p. 4),

A cidade custou a ser o centro real do Estado. A posição interior fazia Minas atraída pelos vizinhos: a Mata ligava-se ao Rio, o Sul e o Triângulo a São Paulo, o Triângulo e o Oeste a Goiás, o norte à Bahia, o sudeste ao Espírito Santo. Aos poucos, porém, Belo Horizonte cresceu e ganhou vigor, deixando de ser o simples eixo econômico.

Sobre a vida literária e cultural da cidade, seu cenário assim se completaria:

[...] alguns moços se reúnem em bares e cafés, para intermináveis conversas literárias e puxação de angústia, concluídas por caminhadas pelas ruas desertas, cheias de postes que não perturbavam o tráfego, pois não existia tráfego, com conversas sobre literatura, política, gente, planos para o futuro, mudança para o Rio, volta às suas cidades, pois quase ninguém nascera em Belo Horizonte (IGLÉSIAS, 1985, p. 4).

Para Vera Alice Cardoso Silva (1997, p. 302), em *Crônicas de Belo Horizonte*, o processo de desenvolvimento de Belo Horizonte, construída a partir de um vilarejo que em 1894 não contava “com pouco mais de três mil almas”, deu-se de forma lenta em uma paisagem que teria mudado “aos poucos, em pequenos detalhes da vida cotidiana e em grandes linhas de organização social e econômica”.

Em uma das crônicas utilizadas em seu artigo, publicada no jornal *Minas Gerais* e assinada por Antônio Crispim, pseudônimo de Carlos Drummond de Andrade, no período em que o poeta fazia parte de seu corpo de redação, lemos que

Eu conheci a rua da Bahia quando ela era feliz. Era feliz e tinha um ar de importância que irritava as outras ruas da cidade. Um dia, parece que a rua da Bahia teve um desgosto qualquer e começou a decair. Hoje, a gente olha para ela com um respeito meio irônico e meio triste. Como quem olha para Ouro Preto (CRISPIM *apud* SILVA, 1997, p. 300).

Essa passagem da crônica de Crispim/Drummond vai ao encontro às considerações feitas por Thaís Velloso Cougo Pimentel, em “Belo Horizonte ou o estigma da cidade moderna”. Para a pesquisadora, a “dicotomia antigo x novo marca indelevelmente a história desta cidade” (PIMENTEL, 1997, p. 61). Para ela, “o que surge como radicalmente novo, seja em termos de ideias, posturas, realizações, parece ficar velho no momento seguinte, quando se advoga a sua substituição. Foi assim no início, continua assim até hoje” (PIMENTEL, 1997, p. 61).

Ainda para a historiadora,

Desde os primeiros tempos, tudo o que aqui foi construído ficou logo velho. É isto o que se pode traduzir no ímpeto renovador que acometeu gerações e gerações de políticos, empreendedores e simples moradores, sempre dispostos a trocar o velho pelo novo. Ora a transformar em antigo, portanto passível de ser substituído pelo moderno, tudo aquilo que incomodava, fosse do ponto de vista do interesse do capital, dos políticos, das elites (PIMENTEL, 1997, p. 61).

33

Se no primeiro momento a criação da nova capital, em um período marcado por vários embates, em um pequeno intervalo de tempo, entre 1891 e 1893, segundo Letícia Julião (1996, p. 49), assistimos a um “caloroso debate sobre a questão” que produziu “uma verdadeira constelação de imagens da futura capital”, os desdobramentos do processo de modernização, em consonância com as principais questões e desafios postos pela modernidade, abrirão espaço para uma série de propostas para a consolidação do projeto modernizador.

Ao citar um documento produzido pelo Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais, de 1891, e presente nos Anais da Imprensa Oficial, a pesquisadora afirma que

Na fala dos defensores do projeto, a cidade aparece como signo de um novo tempo; centro de desenvolvimento intelectual e de novas formas de riqueza e trabalho; foco irradiador da civilização e progresso; um lugar moderno, higiênico e elegante, capaz de consolidar um poder vigoroso e assegurar a unidade política do Estado (JULIÃO, 1996, p. 49-50).

Contudo, será também nesse cenário que terão lugar as várias representações, entre a tradição e o moderno, que ganharão um caráter muitas vezes contraditório, paradoxal e ambivalente, como destaca a pesquisa de Luciana Teixeira de Andrade (2004), ao focar o seu estudo na atuação dos escritores mineiros desse período.

Para Andrade (2004, p. 16),

Devido à filiação desses escritores ao modernismo, seria de esperar que tivessem uma afinidade com o modo de vida urbano e com os valores associados à modernidade. No entanto, o que iremos encontrar em suas obras são percepções muito ambivalentes, seja em relação à organização geométrica do espaço, seja no que tange aos novos valores e formas de interação social que começavam a se difundir nos centros urbanos,

Sobre os embates dentre o moderno e o arcaico, o novo e o velho, a vanguarda e a tradição, Myriam Ávila (2008, p. 13), ao considerar os estudos de Ángel Rama, principalmente no livro *A cidade das letras*,¹ percebe, no que diz respeito às relações entre a intelectualidade e o poder na América Latina, que

Belo Horizonte, cidade construída em 1887 a partir de um projeto arquitetônico de cunho político, que visava criar a *urbis*-modelo republicana por oposição à cidade colonial por excelência – Ouro Preto –, é o local – ou o objeto – ideal para se rastrear a argumentação de Ángel Rama a respeito da entrada da modernidade na América Latina. A partir de sua inauguração, para aí se dirigem todas as famílias importantes do Estado, deixando seus antigos assentos no interior, onde controlavam as relações econômicas e políticas nos moldes tradicionais.

34

Foi nesse contexto e clima cultural que nasceu as primeiras manifestações de alguns jovens aspirantes a escritores na recém-inaugurada capital de Minas Gerais e sobre os quais destinaremos a atenção central para o estudo neste texto, especificamente em torno da criação e publicação de *A Revista* e nas questões nela desenvolvidas e postas em circulação. Para os limites deste estudo, analisaremos os editoriais dos três números publicados e, sempre que necessário, recorreremos a alguns artigos, ensaios, dentre outros textos neles veiculados, para nos ajudar a esclarecer ou elucidar algum ponto que nos parece relevante.

Dentre as várias possibilidades de investigação que um periódico coloca para o pesquisador situado em um determinado presente, escolhemos considerar o trabalho feito com a noção de tempo. Em nossa forma de entendê-lo, ele nos abre

¹ Para Ávila (2008, p. 13), “a modernidade, segundo Rama, poria em prova essa conjunção secular, sem conseguir alterar o fato, no entanto, da retenção do privilégio da escrita pelas famílias tradicionais. Trata-se de uma luta contra o estranhamento que passa a caracterizar o tecido urbano com as modificações físicas constantes sofridas por esse e o surgimento do fenômeno da multidão e do anonimato, onde antes todo o espaço social se encontrava nitidamente mapeado”.

uma perspectiva de investigação de um importante vestígio da atuação daqueles intelectuais em uma determinada conjuntura histórica, os anos 1920, às vezes pouco explorada pelos estudos históricos.

Nossa aposta seria que ao promoverem discussões e se posicionarem em relação aos principais temas colocados pela revista, os textos ali impressos carregam uma forte demarcação temporal, o que nos serve de vestígios para, dentre outras questões, problematizarmos as práticas intelectuais desses escritores e as relações estabelecidas com a sociedade daquele período. Também acreditamos ser possível iluminar algumas questões relativas às tomadas de posição política daqueles atores sociais, suas apostas, dúvidas, angústias, contradições, enfim, algumas questões que sejam indicativas de experiências no tempo. Como referências teóricas, procuraremos discutir com as proposições e considerações do historiador francês François Hartog, especialmente em sua obra *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo* (2013), e o estudo do sociólogo alemão Norbert Elias, em *Sobre o tempo* (1998).

Tempo e temporalidade em *A Revista* (1925-1926)

Em sua "Introdução" ao livro *Sobre o tempo*, Norbert Elias remete-se a um trecho do poema de Horácio em que o poeta "exala sua queixa sobre o correr dos anos efêmeros". Em sua construção poética, ele canta "Ai, quão fugazes, póstumo, póstumo, escoam os anos..." (HORÁCIO *apud* ELIAS, 1998, p. 21). Para Elias (1998, p. 21), Horácio estaria atribuindo aos "símbolos temporais de origem humana – os anos – as propriedades de escoamento e impermanência que caracterizam o encaminhamento da vida individual para a morte", processo natural, que, "no entanto, o poder regulador dos símbolos sociais impõe uma certa ordem".

Ainda para Elias (1998, p. 21-22),

[...] a ordenação desse processo, sob a forma do correr dos anos, só se tornou possível a partir do momento em que os homens desenvolveram, para suas próprias necessidades, o símbolo regulador do ano. E no entanto, nas civilizações da Antiguidade, a sociedade não tinha a necessidade de medir o tempo que os Estados da era moderna, para não falar das sociedades industrializadas de hoje. Em numerosas sociedades da era moderna, surgiu no indivíduo, ligado ao impulso coletivo para uma diferenciação e uma integração crescentes, um fenômeno complexo de autorregulação e de sensibilização em relação ao tempo.

A constatação de Elias, no que diz respeito ao surgimento nos indivíduos, movidos por "impulsos coletivos para uma diferenciação e integração crescentes", de

uma “sensibilização em relação ao tempo”, nos é sugestiva, de uma forma geral, para a investigação que iremos tratar nas páginas que se seguem: a experiência revisteira que teve lugar na cidade de Belo Horizonte no alvorecer dos anos de 1920.

Eric Hobsbawm, em sua sugestiva apresentação intitulada “O século: vista aérea – Olhar panorâmico” de seu livro, talvez o mais famoso, *Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*, afirmou que “a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas –” seria “um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX”. Para ele, “quase todos os jovens de hoje”, situados no início da década de 1990, “crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem”. A partir desse diagnóstico, afirmou que “por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse motivo”, conclui, “eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores” (HOBSBAWM, 2015, p. 13). Como objetivo de seu trabalho, hoje já um clássico da história social, não estava o “propósito”, resalta Hobsbawm, de “contar a história da época de que trata, o Breve Século XX entre 1914 e 1991”, mas “compreender e explicar *por que* as coisas deram no que deram e como elas se relacionam entre si” (HOBSBAWM, 2015, p. 13, grifo no original).

36

Partindo de um outro presente, François Hartog, em seu livro *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*, faz constatações muito próximas àquelas mencionadas logo acima por Hobsbawm. Se as inquietações que movem este se localizaram no início dos anos 1990, logo em seguida à Queda do Muro de Berlim, Hartog (2013, p. 11) parte de seu presente situado no início dos anos 2000 para estabelecer um diagnóstico de um temporalidade vivida e sentida como a “tirania do instante” e a “estagnação de um presente perpétuo”. O historiador francês parte de uma série de constatações sobre a crise vivida naquele começo de século, 2003, e os seus sinais de superação “às pressas” para a crise financeira de 2008, que ele considera como um dos pontos de dificuldade “por toda parte” de enxergar além. Para ele, o momento era mais de reação do que de ação. Esse diagnóstico estaria ligado diretamente “à nossa incapacidade coletiva de escapar ao que agora é usual chamar, na França, de ‘*court-termisme*’, ou seja, a busca do ganho imediato” que Hartog preferiu denominar “presentismo”. Nesse sentido, a sua marca seria “o presente único: o da tirania do instante e da estagnação de um presente perpétuo”.

Rodrigo Turin (2016, p. 587), em artigo intitulado “As (des)classificações do tempo: linguagens teóricas, historiografia e normatividade”, afirma que “nas últimas décadas, as reflexões em torno da temporalidade passaram a ocupar um lugar de destaque na agenda de pesquisas da história da historiografia e da teoria da história”.

Para ele, ao estabelecer uma comparação entre as proposições de François Hartog e Hans Ulrich Gumbrecht, “enquanto a proposta de Gumbrecht insere-se, de um modo ou de outro, mais próxima às reflexões vinculadas à definição de uma ontologia temporal”, as reflexões de Hartog podem ser tomadas “como exemplo de uma reflexão de caráter mais epistemológico e voltada à dimensão dos usos e dos efeitos éticos das linguagens temporais” (TURIN, 2016, p. 588).

O historiador francês, segundo Turin (2016, p. 595), “entende as categorias analíticas como instrumentos eminentemente heurísticos, portanto ferramentas que geram determinados efeitos de conhecimento”, e não concepções ou proposições de caráter ontológico, posição que endossamos ao utilizarmos de suas proposições.

Hartog (2013, p. 11) lança, então, a seguinte questão: “o que o historiador pode propor?”, afinal. Para ele, “a ‘retomada’ não faz evidentemente parte de seus atributos. Todavia, ele pode convidar a um desprendimento do presente, graças à prática do olhar distanciado. Isto é, a um distanciamento”. Para esse fim, sua proposta “heurística” seria o desenvolvimento da noção de “regime de historicidade” que nos auxiliaria a “criar distância para, ao término da operação, melhor ver o próximo. Este era, em todo caso, o projeto e o desafio de minha proposta”, completa (HARTOG, 2013, p. 11).

Ainda para o historiador, “a hipótese (o presentismo) e o instrumento (o regime de historicidade) são solidários, complementam-se mutuamente. O regime de historicidade permite formular a hipótese e a hipótese leva a elaborar a noção. Pelo menos de início, um não anda sem o outro” (HARTOG, 2013, p. 11).

Hartog, então, define “o que é e o que não é o regime de historicidade”. Para o autor,

[...] ele não é uma realidade dada. Nem diretamente observável nem registrado nos almanaques dos contemporâneos; é constituído pelo historiador. Não deve ser assimilado às instâncias de outrora: um regime que venha suceder mecanicamente a outro, independentemente de onde venha. Não coincide com as épocas (no sentido de Bossuet ou de Condorcet) e não se calca absolutamente nestas grandes entidades incertas e vagas que são as civilizações. Ele é um artefato que valida sua capacidade heurística. Noção, categoria formal, aproxima-se do tipo-ideal weberiano. Conforme domine a categoria do passado, do futuro ou do presente, a ordem do tempo resultante não será evidentemente a mesma (HARTOG, 2013, p. 12-13).

Dentre as publicações periódicas de Belo Horizonte, *A Revista* guarda um lugar de destaque em relação às pesquisas realizadas com esse tipo de fonte (Cf. DIAS, 1971; ANDRADE, 2004; MARQUES, 2011; BUENO, 1982). Vale ressaltar, contudo, que situadas em grande medida como investigações sobre sua importância da publicação no quadro maior do modernismo brasileiro e em suas propostas de renovação das no

campo da literatura nacional, esses trabalhos, quase em sua totalidade, ocuparam-se em lê-la, principalmente, como uma fonte importante para as discussões estéticas.

Uma exceção pode ser encontrada no estudo, pioneiro, de Fernando Correia Dias, voltado para a investigação sobre a constituição do grupo de escritores, sendo o objeto central a sua análise enquanto, nas palavras de Dias, “unidade coletiva real” (DIAS, 1971, p. 12).² Sua investigação, nesse sentido, insere-se em preocupações de cunho sociológico.³

A *Revista* veio a público em julho de 1925 e, além deste, teve apenas mais dois números, sendo o segundo, de agosto do mesmo ano, e o terceiro e último, de janeiro de 1926.⁴ Seu corpo editorial foi formado por Martins de Almeida e Carlos Drummond, como diretores, e Emílio Moura e Gregoriano Canêdo, como redatores.

Em seu primeiro número, foram publicados textos críticos sobre a cultura brasileira, de uma forma geral, poemas e as sessões “Marginália” e “Os livros e as ideias”, esta última destinada a resenhas e leituras do que estava sendo produzido no momento de feitura da revista. Vale ressaltar a preocupação sugerida com a apresentação e comentário de livros recém lançados como, por exemplo, *Meu*, de Guilherme de Almeida (1925), *Espírito Moderno*, de Graça Aranha (1925) ou *Memórias Sentimentais de João Miramar*, de Oswald de Andrade (1925), dentre outros. Chama a atenção também o espaço destinado à literatura estrangeira, nesse primeiro momento à francesa, com os comentários sobre os livros de Blaise Cendrars, *Feuilles de Route*, e Jean-Jacques Brousson, *Anatole France en pantoufles*. Em seu segundo número, contudo, foram incluídos lançamentos de escritores brasileiros, portugueses e franceses e, no terceiro, livros produzidos no Brasil, Uruguai e França.

Para Ivan Marques (2011, p. 36),

A mescla de modernismo e conservadorismo – que já se abrigava nas páginas do *Diário de Minas* – volta a se repetir nos três números de *A Revista*, publicados entre julho de 1925 e janeiro de 1926. Depois das revistas *Klaxon* e *Estética*, o periódico veio confirmar a expansão (ou interiorização) do modernismo brasileiro e o reconhecimento nacional do grupo belo-horizontino, até então “montanhosamente solitário”.

² Em seu trabalho, Dias destacou que “a hipótese fundamental da monografia é a de que o grupo modernista mineiro constituiu, durante poucos anos, um grupo social bem definido, com estrutura efetiva, e não apenas virtual, distinguindo-se de um simples agregado ou de uma categoria social” (DIAS, 1971, p. 14).

³ Segundo Ivan Marques (2011, p. 24) o livro foi alvo de algumas críticas sobre o alcance de sua análise sociológica do grupo mineiro. “[...] a significação sociológica e as características particulares que a sociologia mineira conferiu a seu modernismo ficaram de fora de cogitação. O perfil apontado como peculiar (classe média, vida boêmia, burocracia e jornalismo) é comum a escritores de várias épocas”. Nessa passagem, o autor considera justa a observação de Wilson Martins, que afirma que “as pesquisas de Fernando Correia Dias dariam os mesmos resultados se visassem o Romantismo ou o Parnasianismo em Minas” (MARTINS *apud* MARQUES, 2011, p. 24).

⁴ Seu tamanho não teve grande variação. A primeira edição contou com 66 páginas e as demais, respectivamente, 60 e 54.

Em “Para os Scepticos”, apresentado como texto da “Redação”, uma espécie de manifesto, lemos, já em seu primeiro parágrafo, que “o programa desta revista não pode necessariamente afastar-se da linha estrutural de todos os programas. Resume-se numa palavra: Ação. Ação quer dizer vibração, luta, esforço construtor, vida” (REDAÇÃO, 1925, n. 1, p. 11).⁵ Justificada pelo interesse dos jovens escritores em preencher uma lacuna identificada na cidade de Belo Horizonte, a partir do diagnóstico “injustificável” por ser a capital “a mais paradoxal das cidades: centro de estudos, ela não comporta um mensário de estudos” (REDAÇÃO, 1925, n. 1, p. 11).

Entretanto, o quadro em que pretendiam se inserir era pintado sob o signo do desânimo por parte da cultura belorizontina e a falta de interesse por publicações dessa natureza, mesmo que, como constatado pelos responsáveis pela revista, já existissem na cidade uma quantidade considerável de escritores. “Quanto a escritores, oh! isso temos de sobra. (Assim Deus Nosso Senhor mandasse uma epidemia que os reduzisse à metade!)” (REDAÇÃO, 1925, n. 1, p. 11). Ou seja, naquele momento o problema não se colocava pela falta de “cabeças pensantes”, mas por um certo marasmo cultural por parte dos escritores na cidade.

Mesmo com o cálculo de uma possível derrota no empreendimento, pairava um otimismo que pode ser verificado em passagens como “os moços que estão à frente desta publicação avaliam com segurança a soma de tropeços a vencer no empreendimento que se propuseram. Está claro que não só desejam como *esperam* vencê-lo” (REDAÇÃO, 1925, n. 1, p. 12).

39

Não somos românticos; somos jovens. Um adjetivo vale o outro, dirão. Talvez. Mas, entre todos os romantismos, preferimos o da mocidade e, com ele, o da ação. Ação intensiva em todos os campos: na literatura, na arte, na política. Somos pela renovação intelectual do Brasil, renovação que se tornou um imperativo categórico. Pugnamos pelo saneamento da tradição, que não pôde continuar a ser o túmulo de nossas ideias, mas antes a fonte generosa de que elas dimanem. Somos, finalmente, um órgão político. Este qualificativo foi corrompido pela interpretação viciosa a que nos obrigou o exercício desenfreado da politicagem. Entretanto, não sabemos de palavra mais nobre que esta: política (REDAÇÃO, 1925, n. 1, p. 12).

Esse jogo de negações e afirmações confere ao discurso rupturas do que podemos definir como um regime de historicidade moderno responsável por fundar no “agora” um lugar de quase total rompimento com passado e instauração de um

⁵ Como os textos de apresentação publicados nos números da revista não trouxeram assinaturas, optamos por citá-los como aparecem nos sumários, apenas indicados como “Redação”. Ivan Marques (2011, p. 36) afirma que “a maioria dos artigos foi escrita por Drummond e Martins de Almeida”, mas não chega a oferecer maiores detalhes sobre o enunciado. Essa sugestão nos parece mais provável na medida que ambos assumiam, conjuntamente, como aparecem nas aberturas das revistas, os cargos de diretores.

presente voltado para o futuro. O “aqui” e “agora”, marcados pelo signo da juventude, sugerem a vontade de aceleração do tempo em busca de um futuro futurista, digamos, que não demonstra paciência para o transcurso “natural” do tempo. O passado passadista é demarcado como um “túmulo de ideias” que ainda pode servir, talvez, como uma “fonte generosa”, mas não mais como uma “história mestra da vida”. Aceita-se a tradição, mas saneada. Assim, não nos parece fortuito o uso de uma metáfora higienizadora. Outro ponto curioso são os pares de oposição “romantismo” (passado, tradição)/inação e “romantismo” (presente, mocidade)/ação. Do ponto de vista político, a solução encontrada repousou em uma perspectiva nacionalista.

Será preciso dizer que temos um ideal? Ele se apoia no mais franco e decidido nacionalismo. A confissão desse nacionalismo constitui o maior orgulho da nossa geração, que não pratica a xenofobia nem o chauvinismo, e que, longe de repudiar as correntes civilizadoras da Europa, intenta submeter o Brasil cada vez mais ao seu influxo, sem quebra de nossa originalidade nacional (REDAÇÃO, 1925, n. 1, p. 12).

Nesse sentido, o diagnóstico desdobra-se em algumas prescrições para a ação no presente em busca de uma aproximação com um horizonte de expectativa desejado. Agora, em seu momento conclusivo, resta ao programa temporalizar, digamos, e demarcar os períodos em que a marcha de uma utopia nacional tenha deixado suas marcas.

40

Contra esse opressivo estado de coisas é que a mocidade brasileira procura e deve reagir, utilizando as suas puras reservas de espírito e coração. Ao Brasil desorientado e nevrótico de até agora, oponhamos o Brasil laborioso e prudente que a civilização está a exigir de nós. Sem vacilação, como sem ostentação. É uma obra de refinamento interior, que só os meios pacíficos do jornal, da tribuna e da cátedra poderão veicular. Depois da destruição do jugo colonial e do jugo escravagista, e do advento da forma republicana, parecia que nada mais havia a fazer senão cruzar os braços. Engano. Resta-nos humanizar o Brasil (REDAÇÃO, 1925, n. 1, p. 13).

Como uma verdadeira “aventura da modernidade”, como evidenciado por Marshall Berman (1987) em seu clássico estudo *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*, e um declarado processo civilizacional, o instante do “agora” da ação mostra-se inacabado e aberto para o futuro. O passado referenciado presta-se a uma operação temporal, como podemos perceber, apenas para demarcar o que não se quer mais no presente e mesmo o passado recente aparece como passível de superação. Evidentemente, esse presente destacado não se apresentava nem “cético”, como evidenciado no título do programa, nem passadista e, muito menos, nostálgico de um passado imitável ou edificante. Sob o signo do nacionalismo, havia ainda um Brasil para “humanizar”.

Vale ressaltar, contudo, que com o desdobramento dos acontecimentos mundiais no decorrer dos anos de 1920, que assistirá divisões políticas no início dos anos 1930, tanto com posicionamentos radicais tanto à esquerda quanto à direita, a exaltação de um “nacionalismo”, mesmo não identificado com a xenofobia ou o chauvinismo, nos sugere uma instigante possibilidade de pensar uma configuração da experiência do tempo válida para a reflexão histórica. Sobre esse ponto, consideramos importante abrimos um parênteses para uma afirmação contida no texto de abertura de seu segundo número.

Em texto de abertura intitulado “Para os espíritos criadores”, lemos a seguinte afirmação:

Dissemos que éramos um órgão político. Nas relações internas, a nossa orientação está definida no sentido da centralização do poder. Tanto na política como nas letras, ameaçam-nos perigo[sí]ssimos [sic] elementos de dissolução. Anda por aí, em explosões isoladas, um nefasto espírito de revolta sem organização nem idealismo, que tenta enfraquecer o nosso organismo social (REDAÇÃO, 1925, n. 2, p. 12).

Desconcertante constatação! Mesmo que não esteja claro o que se quis dizer com “centralização do poder”, a sugestão de um possível governo forte e centralizador indica uma filiação política com uma retórica afeita a soluções autoritárias no plano político para o país. Não podemos esquecer que, com o avanço das polarizações que marcaram os anos finais na política brasileira, o desenrolar da década de 1920 assistiu uma escalada de posicionamentos e propostas autoritárias ou mesmo de valorização das instituições conservadoras, tanto no plano nacional como internacional.⁶ O Estado Novo, instituído em 1937, pode ser entendido como o coroamento desse processo.⁷

Em sua continuação e solução possível (e desejável?) para o enfraquecimento do “nosso organismo social”, lemos que

⁶ Segundo nos informa Marques (2011, p. 40-41), baseando-se em constatações feitas pela pesquisa empreendida por Andrade (2004), “em 1978, no lançamento da edição fac-similar de *A Revista*, Drummond criticou o conservadorismo do editorial de Martins de Almeida: “Creio que ele não defenderia hoje a ‘centralização do poder’, que a prática demonstrou ser tão nociva [...]. Os ‘perigosíssimos elementos de dissolução’ que nos ameaçavam ‘tanto na política como nas letras’ revelaram-se mais saudáveis do que nefastos. Quem cortou a evolução política e social do país, nos últimos tempos, foi precisamente o uso e abuso de poder centralizado”. Como podemos facilmente notar, ressalte-se, Drummond não assume a responsabilidade pelo escrito junto a Martins de Almeida, eximindo-se de qualquer participação ou relação com aquelas afirmações publicadas na década de 1920.

⁷ Se cotejarmos essas afirmações com o conteúdo, por exemplo, do Manifesto Nhengaçu Verde-Amarelo, a título de um exercício comparativo, mesmo guardadas as diferenças temporais (o Manifesto é de 1929), que tem sido entendido como um dos documentos centrais de um posicionamento político de direita no plano da política nacional, mesmo nele não é evidente a constatação da necessidade da “centralização do poder”. Nele, lemos uma exaltação das “instituições conservadoras” como fonte para a renovação no Brasil (Cf. TELES, 1987).

Para combatê-lo sentimos a necessidade do governo ser a função de uma vontade forte, de um espírito dominador. Se o poder for se tornando periférico em vez de centralizar-se, teremos a dispersão das forças latentes do país. No momento atual, o Brasil não comporta a socialização das massas populares (REDAÇÃO, 1925, n. 2, p. 13).

Curioso nacionalismo esse que congregaria uma centralização do poder, tanto político quanto literário, como salvaguarda de uma dissolução que ameaçava por meio (ou através de) “perigo[sí]ssimos elementos” em que o país não comportaria uma “socialização das massas populares”. Que futuro possível teríamos se esse passado fosse vitorioso em seu presente de ação? Ou melhor, qual projeto de futuro estava sendo gestado ali, naquele presente, em consonância com uma certa conformação do passado? Futuro libertador ou sombrio? Vejamos, enfim, como esse futuro foi pesado.

Precisamos não só de atos de inteligência mas, sobretudo, de atos de fé. Há uma necessidade inadiável de afirmação em todos os sentidos. Entrando em choque com a vida real, temos de confiar na nossa força para não cairmos na inação e no indiferentismo. Não queremos atirar pedras ao passado. O nosso verdadeiro objectivo é esculpir o futuro (REDAÇÃO, 1925, n. 2, p. 11).

42

Em “Sobre a tradição em literatura”, publicado no primeiro número de *A Revista*, Carlos Drummond procede a um equacionamento exemplar do que foi exposto no programa da revista. Para ele, “os escritores que falam em nome de uma tradição são justamente aqueles que mais fazem por destruí-la e contribuem para a sua corrupção”. Ao contrário, “aqueles que não se preocupam com os fantasmas e fantoches do passado mantêm inalterável a linha de independência intelectual que condiciona toda criação de natureza clássica” (DRUMMOND, 1925, n. 1, p. 32). Curiosa apropriação (recusa?) do passado! Se falar em nome da tradição é corrompê-la, seria, então, necessário deixar o passado no passado e presentificar o presente para seguir mantendo um certo respeito pela tradição? A saída seria produzir um presente único, “presentista”, sem referência ao passado, sob o risco de destruí-lo? Ou seria necessário um trabalho minucioso, consciente e criterioso com os possíveis passados passíveis de manutenção e ruptura?

Vejamos o que mais nos diz esse instigante trabalho com o tempo feito por Drummond (1925, n. 1, p. 32):⁸

São estes últimos os verdadeiros tradicionalistas, por isso que o próprio da tradição é renovar-se a cada época e não permanecer unificada e catalogada. Romper com os preconceitos do passado não é o mesmo que repudiá-lo. Uma lamentável confusão faz com que julguemos toda novidade malsã, e

⁸ Na poesia de Carlos Drummond, encontramos, em vários momentos de sua trajetória, poemas em que o tempo apresenta-se como tema principal de seu fazer poético, por exemplo, em “Mãos dadas”, publicado em *Alguma poesia* (1930), e em “Nosso tempo”, do livro *Rosa do povo* (1945), dentre outros.

toda velharia saudável. O que chamamos de tradição propriamente não existe. Que vem a ser uma tradição literária? Talvez o mosaico fantasista e caprichoso com que o tempo se divertiu em transformar a sucessão de obras e autores que constituem uma literatura? Não pode ser mais do que isso, e a nossa época, terrivelmente dotada de espírito crítico, acha pouco.

Essa passagem nos parece suficientemente esclarecedora do projeto anunciado, que estamos considerando como extensão do proposto pelo programa de *A Revista*, dado o lugar de destaque e importância de Carlos Drummond na publicação.⁹ Mesmo sendo necessário saber separar aquilo que vindo do passado pode servir para a construção de uma tradição renovada, a orientação é de ruptura, mesmo sem repudiá-lo completamente. Quer se fundar, em última instância, um novo passado para o futuro, ou seja, um presente único. Este só será válido, livre dos “preconceitos do passado”, de confusões, útil para um presente/futuro, se reinventado e renovado. Existiria, então, uma verdadeira tradição? Um verdadeiro passado? Para Drummond (1925, n. 1, p. 32), ao que parece, sim.

Temos, pois, mais que o direito de desrespeitar essa falsa tradição: temos o imperioso dever. E só assim faremos dessa matéria morta e pegajosa dos séculos uma argila dúctil que sirva às nossas criações. Será mantendo essa independência espiritual, talvez ingenuamente feroz, mas francamente construtiva, que reataremos o fio tantas vezes perdido do classicismo. Os nossos avós inteligentes não desejariam de nós outra coisa. Copiá-los é o mesmo que injuriá-los.

43

Para o escritor, a saída para o impasse de como lidar com essa “matéria morta e pegajosa dos séculos”, referenciada com um excesso de repugnância, para que sirva como uma “argila dúctil que sirva às nossas criações” – note-se aí novamente o trabalho com pares antinômicos, da passagem de algo mórbido para um material sólido –, assemelha-se, guardadas as devidas proporções, ao trabalho de um colecionador com profundo conhecimento sobre aquilo que procura. Em sua imersão no passado, haveria esse sujeito de ter a destreza e a sabedoria para saber distinguir, do enorme espólio deixado disponível para o uso em seu presente, o aproveitável dos dejetos. Nesse

⁹ Para Dias (1971, p. 19), “quanto à liderança, devemos admitir que ela realmente se evidencie de modo inequívoco depois de 30, quando o grupo praticamente se dissolvera. Mas não é arbitrário supor que já começara a configurar-se na década de 20. Se uma personalidade como Milton Campos representava papel catalisador ou de equilíbrio, em face de seus jovens amigos desarvorados, dentre eles Drummond, a verdade é que este, talvez pela sua inquietude espiritual, terá atraído as atenções e admiração intelectual de seus companheiros, tornando-se, certamente sem o querer, o ponta-de-lança do movimento modernista de Minas”. Em *O desatino da rapaziada: jornalistas e escritores em Minas Gerais*, livro de autoria do jornalista Humberto Werneck, encontramos uma leitura aproximada da feita por Dias. Para Werneck (1992, p. 21-22), “foi com a publicação dos primeiros textos de Carlos Drummond de Andrade, em 1921, que o panorama começou a mudar no *Diário de Minas*. Em fevereiro do ano seguinte, o velho jornal do PRM não dedicou uma linha sequer à Semana de Arte Moderna que se realizava em São Paulo. Pouco depois, no entanto, começaram a ecoar em suas páginas [jornal em que trabalhava Drummond] alguns estampidos da revolução em curso”.

recorte, também uma metáfora poderosa se considerarmos o trabalho investigativo em ciências humanas, e nelas a história, insistimos na importância fundamental do elemento temporal como estruturante nessa operação intelectual.

Recolhamos o seu espólio, sem excesso de veneração; temos que proceder a um grave inventário de suas pretendidas riquezas. O presente não pôde estar a sofrer os contínuos “bluffs” do passado. Seremos duramente julgados amanhã, porque é cada vez maior esse diabólico senso crítico que distingue o homem moderno. Poderemos, pois, perdoar aos nossos antepassados? Mais que uma fraqueza do coração, será uma fraqueza da inteligência. Que cada um de nós faça o íntimo e ignorado sacrifício de suas predileções, e queime silenciosamente os seus ídolos, quando perceber que estes ídolos e essas predileções são um entrave à obra de renovação da cultura geral (DRUMMOND, 1925, n. 1, p. 32-33).

Poderíamos, então, perguntar: há algum exemplo que pudesse elucidar tudo isso? Algum escritor que talvez tenha sido escolhido como “alvo” desse “inventário”? Ou melhor: algum que possa ter escapado a essa investigação (implacável, poderíamos hoje dizer) de seu espólio e que pudesse ser elevado ao patamar de exemplo ou, como posto no texto, de “argila dúctil”? Curiosamente, um nome é sugerido (como “matéria morta e pegajosa dos séculos”?) e a crítica a seu respeito foi implacável!

44

Amo tal escritor patricio do século 19, pela magia irreprimível de seu estilo e pela genuína aristocracia de seu pensamento. Mas se considerar que este escritor é um desvio na orientação que deve seguir a mentalidade de meu país, para a qual um bom estilo é o mais vicioso dos dons, e a aristocracia um refinamento ainda impossível e indesejável, que devo fazer? A resposta é clara e reta: repudiá-lo. Chamemos este escritor pelo nome: é o grande Machado de Assis. Sua obra tem sido o cipoal em que se enredou e perdeu mais de uma poderosa individualidade, seduzida pela sutileza, pela perversidade profunda e ardilosa deste romancista tão curioso e, ao cabo, tão monótono (DRUMMOND, 1925, n. 1, p. 33).

Como sugestão, poderíamos dizer que, ao fincarem posicionamentos tão incisivos em relação a uma concepção do tempo histórico marcados pela forte valorização do presente, lugar da ação e revisão/renovação do passado e condicionante de propostas/projetos de futuro, essa forma de apreender a temporalidade é indício de um regime de historicidade encorada no presente, ou “presentista”, como sugerida por Hartog. Ao mesmo tempo, demarcaria possibilidades investigativas em torno da concepção de cultura intelectual (ou pensamento social, se preferirem) que pode ser derivada das formas de atuação, envolvimento e sociabilidade de sujeitos em torno de um projeto, como pode ser entendido a fundação e manutenção de um periódico. Nesse sentido, o trabalho com o tempo, entre outros elementos, nos coloca desafios e oferecem vestígios instigantes para a reflexão de uma cultura histórica.

Referências

Documentação textual

A Revista, Belo Horizonte, n. 1, ano 1, jul. 1925;

A Revista, Belo Horizonte, n. 2, ano 1, ago. 1925;

A Revista, Belo Horizonte, n. 3, ano 1, jan. 1926.

Obras de apoio

ANDRADE, L. T. **A Belo Horizonte dos modernistas**: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: C/Arte; Ed. PUCMINAS, 2004.

ÁVILA, M. **O retrato na rua**: memórias e modernidade na cidade planejada. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BUENO, A. S. **O modernismo em Belo Horizonte**: década de vinte. Belo Horizonte: Ed. UFMG/PROED, 1982.

DIAS, F. C. **O movimento modernista em Minas**: uma interpretação sociológica. Brasília: Ebrasa, 1971.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX, 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

IGLÉSIAS, F. Meu amigo Autran Dourado. **Minas Gerais, Suplemento Literário**, v. 20, n. 955, p. 4-5, 1985.

JULIÃO, L. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, E. F. (Org.). **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996, p. 49-118.

MARQUES, I. **Cenas de um modernismo de província**: Drummond e outros rapazes de Belo Horizonte. São Paulo: Ed. 34, 2011.

PIMENTEL, T. V. C. Belo Horizonte ou o estigma da cidade moderna. **Varia Historia**, n. 18, p. 61-66, 1997.

SILVA, V. A. C. Crônicas de Belo Horizonte. **Varia Historia**, n. 18, p. 299-323, 1997.

TELES, G. M. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro**: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972. Rio de Janeiro: Record, 1987.

“Não somos românticos; somos jovens”

TURIN, R. As (des)classificações do tempo: linguagens teóricas, historiografia e normatividade. **Topoi**, v. 17, n. 33, p. 586-601, 2016.

WERNECK, H. **O desatino da rapaziada**: jornalistas e escritores em Minas Gerais. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.